

Desaceleração, um tema que divide economistas

SÃO PAULO (O GLOBO) — Os líderes da indústria e do comércio que vêm reivindicando, ao longo dos últimos meses, afrouxamento da política econômica como forma de aliviar as pressões recessivas sobre as empresas e os trabalhadores não devem se iludir. A política que aí está é a única que pode ser aplicada pelas autoridades econômicas. Em vista do desequilíbrio do balanço de pagamentos, torna-se imprescindível uma política monetária e fiscal contracionista.

Esta certeza foi manifestada ao GLOBO por três economistas: o secretário da Fazenda de São Paulo, Affonso Celso Pastore, o presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), Eduardo Pereira de Carvalho, e pelo diretor de pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe-USP), Adroaldo Moura da Silva.

Voices discordantes deste grupo, o professor de economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Edmar Bacha, e o coordenador da Fipe, André Franco Montoro Filho, sustentam que é possível implementar-se uma política econômica que, ao lado de agradar os círculos financeiros internacionais, não traga consigo os ônus de natureza social da atual recessão.

Eduardo de Carvalho traça o atual quadro da economia brasileira:

— Com o objetivo de equilibrar o balanço de pagamentos, ajustar a economia à atual situação internacional e, ao mesmo tempo, reduzir a taxa de crescimento dos preços internos, as autoridades monetárias brasileiras adotaram um conjunto de medidas que incluem, principalmente, a desaceleração de diversas obras públicas e gastos governamentais, o controle da expansão monetária e creditícia, a eliminação gradativa de subsídios e incentivos à produção agrícola, a exportação e a substituição de petróleo e derivados. Em consequência, vários setores da economia brasileira passaram por um processo de desaceleração.

Pastore começa com a análise, ampliando-a para a face externa da economia brasileira. Para ele, a realidade fica distorcida se pensarmos que o Brasil pode praticar internamente uma política monetária e fiscal diferente da que é exercida nos Estados Unidos e na Europa:

— Os nossos problemas de dívida externa e de balanço de pagamentos, queriam ou não queiram os industriais, nos atrelam à política feita pelos economistas de Reagan. Apenas um dado exemplifica a minha tese: quando as taxas de juros dos EUA aumentam apenas um ponto percentual, isto significa um dispêndio a mais com o serviço da dívida externa brasileira da ordem de US\$ 500/650 milhões. E se a taxa de sobe, o dólar se valoriza perante as moedas européias, caem os preços de nossas commodities e, de uma maneira geral, reduz-se a competitividade dos nossos produtos", diz Pastore.

Se alguma reativação na economia brasileira puder ser feita, só poderá ser admitida quando este quadro internacional adverso mudar. E, segundo o secretário, isto poderá acontecer a partir do próximo ano, quando a política econômica de Reagan começar a dar sinais positivos de sucesso em conter a inflação americana.

— Caindo a inflação, os juros registram queda, melhorando o perfil da dívida brasileira e a performance de nossa balança comercial. Mas, até que isso aconteça, não resta outra alternativa à economia — diz Pastore — a não ser continuar convivendo com a recessão e os seus custos, pelo lado social.

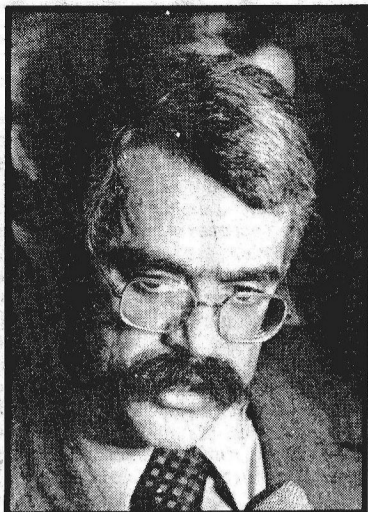
Eduardo de Carvalho prevê inflação mensal de 4,5% neste semestre

Adroaldo Moura da Silva afirma que não se pode sequer cogitar algum tipo de relaxamento:

— Alguns incautos afirmam que é possível reacender a construção civil. Mas qualquer pessoa inteligente que pensa a respeito da sugestão, irá concluir, depois de dois minutos de reflexão, que construção também é energia e que energia é petróleo e, portanto, balanço de pagamentos", disse o economista, que usa um tom apocalíptico para advertir:

— Muita gente sensata está pensando que o Governo brinca com a Nação e propõe pseudo-saídas absolutamente ridículas, como a renegociação da dívida externa. É preciso urgentemente que o País e os formadores de opinião se conscientizem que a crise atual é pior do que a recessão mundial enfrentada entre 1929 e 1937. O resto é retórica — acrescentou.

Há apenas uma possibilidade de reativação de parcela do setor industrial, antes da reviravolta da conjuntura internacional. Na opinião do economista, seria plausível bancar algum tipo de investimento no setor de transporte público, que usaria a sobra de energia elétri-



EDUARDO DE CARVALHO



CELSON PASTORE

ca decorrente da redução da demanda industrial, por esta energia. Neste aspecto, o efeito sobre o balanço de pagamentos seria quase nulo e esta reativação poderia gerar empregos e aquecer um pouco o setor de bens de capital.

De outra parte, o professor da USP acredita que o Governo deva desativar as suas grandes obras que, como a Ferrovia do Aço e Açominas, consomem um volume de recursos externos astronômicos e são de retorno duvidosos.

Ao contrário de Adroaldo Moura da Silva, Eduardo de Carvalho e Affonso Pastore, o professor Edmar Bacha, da PUC-Rio, acredita que é possível evitar a recessão e mudar radicalmente a política econômica.

A recessão está sendo feita para agradar os banqueiros internacionais. Eles gostam da recessão, que fornece uma aparência de seriedade à política econômica. Mas gostam também de políticas que consigam alcançar progressos palpáveis no combate à inflação. A alternativa que proponho não implica em que o balanço de pagamentos entre em colapso. Muito ao contrário, favorece as contas externas, ao mesmo tempo em que ataca o nosso principal problema interno, que é a inflação".

Bacha sugere que a política atual desloque o seu foco principal do aspecto puramente monetário para o seu lado de salários e rendas. Em sua opinião, a contenção da base monetária não consegue resultados positivos contra a inflação, pois não reduz os preços e reduz a produção. "Eu proponho uma política monetária passiva que acompanhe a ascensão dos preços que já está embutida na economia", diz ele.

O professor sugere ainda que seja adotada a escala móvel de salários para os reajustes e uma política ativa de preços públicos administrados pelo Governo. A primeira sugestão anula, a seu ver, a influência realimentadora dos salários sobre a inflação e não significa a volta dos tempos do arrocho salarial. Através dela, seria restabelecido um patamar de reajuste — por exemplo, 40 por cento — que acompanharia a evolução dos preços.

— Quando a inflação atingisse 40 por cento, depois do último reajuste seria concedido um aumento também na base de 40 por cento. Com a gradual redução da inflação, chegar-se-ia, num curto prazo, a majorações salariais de apenas uma vez por ano — disse ele.

A administração ativa dos preços do Governo, incluindo os subsídios e as taxas de juros, é a base da sugestão de Bacha. Por meio dela, o Governo controlaria a expansão dos preços, que servem como referência aos demais. Com estas sugestões, o economista acredita que a inflação possa ser controlada, num curto prazo, sem diminuir a margem de lucros do setor capitalista privado.

O presidente do Banespa, Eduardo de Carvalho, sustenta, contudo, que a atual política já está sendo suficiente para conter a inflação, ao lado de atacar o principal problema, que é o balanço de pagamentos. Tudo indica — disse — que a tendência dos primeiros meses do segundo semestre é a de estabilização da inflação em torno de uma taxa de crescimento médio próxima a do mês de junho, de 4,5 por cento, o que nos autoriza a supor uma taxa ao redor de 80 por cento no próximo ano", afirma ele.

O professor de economia da USP, André Franco Montoro Filho, que é também coordenador da Fipe, condenou a aplicação do "receituário Ortodoxo Internacional" para resolver os problemas econômicos da Nação. Para ele, essa fórmula adotada pelas autoridades brasileiras — a recessão — tem consequências calamitosas, não resolvendo os problemas mais estruturais da economia, além de gerar um custo social extremamente elevado: desemprego e queda na produção.

— Esta não é a solução, pelo menos para um país como o Brasil, que tem a necessidade de crescer, de produzir e, portanto, não pode dar-se ao luxo de permitir esse desaquecimento — argumentou.

Montoro Filho não é contra a recessão. Ele acha até que esta pode ser a saída em países já desenvolvidos. Mas no Brasil a solução, a seu ver, tem que ser outra:

— Temos que entrar fundo na alteração do nosso modelo de crescimento, incentivando e promovendo áreas sociais. Transferindo recursos e investindo em setores que têm pequeno coeficiente de importação e grande capacidade de gerar emprego, sem precisar de capital financeiro", disse ele.

No entender do economista, no lugar de reduzir os gastos das estatais, o Governo deveria redirecioná-los para setores prioritários. Em vez de uma política

recessiva para conter importações — prosseguiu —, o Governo deve assumir o controle direto para reduzir essas importações, sem que a sociedade pague por isso. O que deve ser feito é uma intervenção mais efetiva do Estado na atividade econômica — frisou.

Um dos enganos dos governantes, segundo Montoro Filho, é crer no funcionamento bem comportado da economia brasileira, a exemplo de outros países desenvolvidos. Para ele, o impacto de medidas tipo desvalorização cambial, que têm efeito rápido e pouco custo em economias desenvolvidas, no Brasil produz efeito demorado e alto custo. "É preciso que faça essa distinção", comentou.

O coordenador da Fipe não aceita que a crise brasileira seja consequência apenas da crise internacional. Para ele, já havia no País problemas internos graves, distorções muito acentuadas, antes mesmo da crise internacional, e "foram estes problemas internos que aliados à crise econômica mundial, geraram a situação em que estamos, tornando o País incapaz de se defender do exterior".

Montoro Filho: Já havia no País problemas internos graves

— O problema está no modelo de desenvolvimento do Brasil — explicou o economista. Nestes últimos 15 anos, o que se observou foi um tipo de crescimento extremamente desigual, concentrador e dependente. Um desenvolvimento que privilegiou apenas alguns setores da economia brasileira. Na verdade, estamos diferentes de há 20 anos. O Brasil cresceu muito, a industrialização se modernizou, mas não foi um crescimento benéfico a todos os brasileiros, atingindo apenas algumas camadas. E foi justamente por estas condições que o desenvolvimento brasileiro se tornou dependente do resto do mundo e dos países desenvolvidos, em especial", afirmou ele.

DISTORÇÕES

Montoro Filho relacionou as principais distorções da economia brasileira: a má distribuição de renda e a extrema desigualdade social; o desequilíbrio entre setores industriais com grande produção de bens finais, não havendo produção concomitante e bens intermediários e básicos.

Em 1973, antes da crise do petróleo, o País passou por uma crise básica, por falta de matéria-prima e infraestrutura necessária ao desenvolvimento. Montoro Filho afirmou que a indústria brasileira cresceu exageradamente, sem o acompanhamento de serviços de infraestrutura básica, como água, esgoto e eletrificação e, com a crise externa, os problemas se agravaram. "A folga que tínhamos no setor externo se acabou e não temos condições de substituição interna.

Para o professor da USP, o Governo até hoje não enfrentou esta problemática de frente. Tem tomado apenas medidas paliativas, de curto prazo, sem ir com a profundidade necessária na resolução básica. E quando vai em alguns setores — frisou —, é de maneira desordenada, como no Proálcool, cuja implantação foi muito protelada, não sendo bem estruturada em termos de alternativa, tendo até alguns inconvenientes, como o da oferta de alimentos.

— Desde 64, o Brasil nada fez em termos de transporte ferroviário. Pelo menos, de 74 a 79, quando estudei o problema mais detalhadamente, não fiquei sabendo de nada neste sentido.

O Governo, segundo Montoro Filho, não se mostra sensível a alterar essa política recessiva. No seu entender, os resultados que estão sendo obtidos com a inflação e com o balanço de pagamentos são muito pequenos, não compensando os sacrifícios.

— A continuar a atual política, teremos um período de dificuldades grandes, e não sei se a sociedade brasileira poderá suportar o seu custo. É preciso que se tomem outras medidas urgentes e que seja seguido outro rumo. A Fiesp tem apresentado sugestões interessantes, como o reaquecimento seletivo, que parece ser uma boa opção.